

COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE/PA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
Nº 01/2018 – 21.02.2018

001	Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na sede da SEJUDH,
002	situada na Avenida 28 de setembro nº 339, reuniu-se a Comissão Estadual de Erradicação do
003	Trabalho Escravo – COETRAE/PA e o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de
004	Pessoas – COETRAP/PA. A reunião ordinária teve início às 14h23min, com a presença dos
005	seguintes representantes: SEJUDH – Michell Durans, Leila Silva, Sandra Palheta, Camila
006	Holanda, Sheila Andrade, Carlos Cardoso, Selli Rosa e Camila Holanda; GEMPAC –
007	Amélia Garcia; SESMA – Maísa Gomes; CÂRITAS BRASILEIRA – Joana Lima; CNBB –
008	Maria Henriqueta Ferreira, Rodrigo Leite; PRF - Taináh Nascimento; INCRA – Carolina
009	Araújo; ALEPA – Carlos Bordalo; SEASTER – Breno Soeiro, Almira Mendes; MPE –
010	Maria Penha; DAV/PCPA – Aline Ferreira; TRT8/AMATRA8 – Elinay Melo; OAB –
011	Samuel Medeiros; UEPA – Sandra Zaire; DPE – Juliana Oliveira; DPCDH – Maj. Guerra. O
012	Senhor secretário da SEJUDH deu início à reunião com os agradecimentos aos trabalhos que
013	foram desenvolvidos no ano de 2017, esperando que no ano de 2018 tenhamos mais
014	conquistas com o esforço coletivo desta comissão para o avanço da COETRAE/PA, em
015	seguida foi feito de forma individual a apresentação de cada membro da comissão. Dando
016	continuidade a Sr. ^a Leila iniciou a pauta pelos informes, repassando as palavras aos
017	membros, a Sr. ^a Henriqueta informou que a CNBB lançou esta semana a Campanha da
018	Fraternidade, que aborda o tema Fraternidade e superação da violência, reforçando também,
019	a proposta do projeto de desenvolver um trabalho junto com o Comitê para intensificar
020	dentro das residências, sobre a prevenção contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, o
021	mesmo assunto foi reforçado pelo Deputado Bordalo, em seguida foi informado pela Sr. ^a
022	Leila sobre o PL do FUNTRAD que se encontra no gabinete do Governador para ser
023	encaminhado posteriormente para avaliação da ALEPA, foi solicitado pelo senhor Secretário
024	ao Deputado Bordalo uma atenção na solicitação quando o PL chegar até a ALEPA,
025	seguindo ainda nos informes a Sra Leila Silva colocou que a CTETP dará continuidade no
026	projeto Direitos Humanos em Cena em parceria com a AMATRA8 e a PRF, tendo iniciado o
027	ano fazendo reuniões e articulações com as escolas, Celso Malcher, Barão do Rio Branco,
028	República de Emaús e o município de Santa Izabel, foi colocado que todos serão convocados
029	para dar continuidade na parceria e somar nas ações que serão realizadas nas escolas,
030	ressaltando que teremos que fazer uma força tarefa na escola Celso Malcher onde foi
031	informado a ocorrência de muitas violações de direitos e abuso sexual dos adolescentes.
032	Sendo assim, o objetivo é somar junto a equipe pedagógica o fortalecimento de ações
033	preventivas na escola em parceria com a rede, também foi informado a continuidade do
034	Projeto de Municipalização na região do Marajó com o fortalecimento da rede em parceria
035	com a Sr. ^a Henriqueta e a Sr. ^a . Elinay que já tem alguns projetos na região; tivemos o
036	informe sobre a ação da PRF pela Sr. ^a Taináh que foi realizada no dia 26/01/2018, na
037	barreira da PRF de Benevides, junto com a CNBB, MP, MAFRA, SEJUDH e outros
038	parceiros sobre Trabalho Escravo, para esta ação foi utilizado o ônibus Cinema Rodoviário
039	da PRF para levar de forma inusitada a disseminação das informações da campanha em
040	questão. Após termino dos informes, A Sr. ^a Leila iniciou o primeiro ponto de pauta que foi
041	sobre a Política Migratória (Construção do Plano Estadual ou Plano Estratégico e sua
042	Política Migratória), foi feito um resgate de tudo que havia acontecido nos anos anteriores
043	2015, 2016 e 2017 sobre o crescimento do fluxo migratória no estado do Pará, foram
044	

COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE/PA

045 colocadas as atualizações sobre o fluxo migratório no estado, foi lembrado que em 2016
046 tentou-se construir um grupo de trabalho sobre o processo migratório, mais não houve êxito
047 na discussão, em 2017 com a situação da chegada dos índios Waraos da Venezuela, foi feito
048 uma grande movimentação para acolhimento e garantia de direitos para essas pessoas, a Sr.^a
049 Leila colocou para o colegiado fazer uma reflexão da situação da violação de direitos, para
050 tentar se avançar no diálogo sobre a Política Migratória, existindo a necessidade de se definir
051 o objetivo para a construção desta política e fortalecer os serviços, uma vez que estes, não
052 estão qualificados para dar suporte a uma pessoa em situação de refúgio, deportação e outras
053 situações, ainda sobre o assunto, o senhor Breno manifestou-se expondo a situação dos
054 índios Waraos, que se encontram na capital acolhidos no Albergue Domingos Zaluth, Breno
055 explanou sobre os três grupos que estão divididos por residências, e existem outras duas
056 casas onde os grupos de indígenas estão, porém, eles mesmos se mantêm, são responsáveis
057 pelo seu sustento, pagam um valor para se manter na casa e para demais necessidades. Essas
058 casas têm como objetivo garantir o espaço para descanso, higiene e alimentação, porém eles
059 gostam de manter até certo ponto sua autonomia, tal como a pratica da “mendicância”, tudo
060 o que é realizado com eles é planejado junto à equipe, como regras de convivência, o
061 trabalho vem sendo feito há longo prazo, porém percebe-se que é uma migração pendular da
062 maioria porque acabam retornando para a Venezuela. As duas casas que não fazem parte na
063 unidade, estão situadas na Rua Riachuelo e na Rua Campos Sales, uma parte que se
066 encontrava nessas casas foram direcionados as unidades pelo qual é responsável, abrindo
067 espaço para outro grupo que estava vindo de Santarém para se instalar nestas casas, a
068 unidade não foi planejada para os indígenas Waraos, mas foi ampliada para que se pudesse
070 acolher o máximo possível de migrantes indígenas, foi colocado que ao todo existem 110
071 migrantes em Belém, sendo 86 abrigados na unidade e 132 em Santarém, foram
072 mencionadas também outras migrações que vem ocorrendo durante anos. Sobre projetos de
073 outras redes, a Sr.^a Maísa comentou que a SESMA foi convocada pelo MPF através do
074 Promotor Felipe de Moura Palha e Silva para compor um grupo que já tinha sido criado para
075 trabalhar nesta situação de migração dos Waraos, foi colocado pela mesma que seria
076 interessante fazer contato com o Dr. Felipe para saber quem faz parte deste grupo, saber
077 quem já são os parceiros desta rede com o mesmo proposito em comum e articular uma
078 reunião para tratar sobre esta situação, o Secretário esclareceu sobre o assunto colocado pela
079 Sr. Maisa, que a partir de julho houve uma reunião da COETRAE junto com o MPF, MPU,
080 DEFENSORIA PÚBLICA e outras esferas dentro de suas competências para fazer um
081 trabalho sobre a situação dos Waraos, sendo que o Secretário pontuou que para se conseguir
082 criar um fluxo de política migratória deve ter a coparticipação e responsabilização da rede,
083 expondo como exemplo a situação das famílias dos Waraos, enfatizando assim que a
085 SEJUDH tem a capacidade de articulação, que temos que pôr em pratica o nosso poder
086 Criacionista, e que mesmo que não consigamos fazer 100%, estaremos trabalhando para
087 alcançarmos este percentual. Foi indagado pela Sr.^a Carol ao Secretário se o governo já tinha
088 sido comunicado da situação de distribuição do acolhimento dos indígenas Waraos a outros
089 estados e a resposta foi que formalmente não, continuando seu relato de que a sociedade tem
090 uma imagem completamente distorcida através das falsas informações midiáticas dos fatos
091 que ocorrem sobre esta situação. O Secretário fez alguns esclarecimentos a respeito do que
092 foi colocado pela S^a. Carol e que temos que estabelecer uma sintonia informativa entre as
093 esferas em questão, e que temos o poder de articulação para se construir uma política

COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE/PA

094 migratória, pois a situação está posta e deve se ter como exemplo o que está acontecendo na
095 Venezuela, com estes exemplos temos que nos preparar sobre que ainda está por vir, por isso
096 estamos como Secretaria tentando alcançar diariamente um resultado positivo para esta
097 situação. A Sr.^a Elinay e o Deputado Bordalo frisaram o mesmo assunto sobre a situação dos
098 migrantes em Santarém, acrescentando a importância de se construir um Plano Estadual de
099 Política Migratória, porque o nosso estado é totalmente desorganizado desde os primórdios
100 sem nenhuma visibilidade e estrutura de amparo e prevenção, o Sr. Bordalo colocou ainda
101 como proposta fazer consulta em outros estados, outros países que não estejam voltados só
102 para a questão migratória, tratar de forma diferente as duas coisas: a crise dos Waraos e o
103 plano sobre a Política Migratória. A Sr.^a Joana comentou sobre a participação das Caritas na
104 reunião do MPF sobre os Waraos, com redes municipais e estaduais e que seria interessante
105 fazer um resgate das atas sobre as reuniões passadas, porque lá ficou registrado a formação
106 de alguns grupos de trabalhos por assuntos, também foram tirados alguns encaminhamentos
107 com a presença da Defensoria Pública, MPF, desta forma, dar-se-ia maior sustento ao que
108 foi colocado pelo Deputado, sobre isto, houve uma pontuação da Sr.^a Leila na fala do
109 Deputado e do Secretário de que devemos nos preocupar sim não só como uma situação de
110 direito mais também com o começo, de como estabelecer uma construção de uma Política
111 Migratória junto a migração interna e a internacional, que são dois assuntos diferente e de
112 que forma iremos trata-los, o Sr.^o Rodrigo colocou que seria de extrema importância criar
113 um grupo para fazer este estudo em curto e médio prazo, o Secretário colocou que já existe
114 esta prática de trabalho e que também foi feito em Roraima através de vídeo conferência
115 sobre trocas de informações e experiências já instaladas no estado. Dando continuidade, a
116 Sr.^a Almira se pronunciou destacando o seu ponto de vista de que está ocorrendo uma
117 confusão entre política e plano e que ela é contra a criação de grupos porque acaba não
118 dando em nada, lembrando que já existe um grupo estruturado onde cada instituição assumiu
119 suas competências, pontuou que a SEASTER tem dado assistência aos migrantes como: na
120 criação de mais espaços com adequação a sua necessidade, oficinas, atividades, capacitações
121 de trabalho e renda, tendo a preocupação de não ferir o ir e vir deste povo, criando um aporte
122 para atendermos os imigrantes interno e externos respeitando os direitos de todos. Foi
123 pontuado pelo Deputado Bordalo sobre o parecer da FUNAI quanto o sombreamento dos
124 Direitos dos Povos Tradicionais, diante disso foi solicitado ao Secretário para fazer um apelo
125 ao Governador para o deferimento do projeto dos direitos dos quilombolas uma vez que já
126 foi votado na ALEPA, a Dr.^a Juliana, se pronunciou em relação à pauta da Política
127 Migratória, e colocou que existe uma pluralidade no assunto questionado, sugerindo que
128 deveria se criar três ou quatro grupos para discutimos sobre a temática da política migratória
129 para chegamos em um meio termo. Foi pontuado pelo Secretário que o assunto dos Waraos
130 será trabalhado junto com MPF que já está desenvolvendo trabalhos com eles, a SEJUDH irá
131 informar ao MPF para que possam unir esforços para construir esta política. Sr.^a Leila tomou
132 a palavra e colocou para aprovação a sugestão da reativação do grupo de trabalho para
133 construir a Política Migratória com dinâmica interna e externa, serão pensados os parceiros
134 que posteriormente serão chamados, este grupo inicialmente fará o estudo para dar
135 embasamento a construção da Política Migratória, e desta forma foi colocado se o colegiado
136 concordava com a proposta. Foi colocada pela Sr.^a Maria Penha que temos que lembra que
137 para consolidar todo este trabalho precisamos da elaboração da Lei, estas comissões que
138 iremos formar tem que provocar fazer a proposta junto ao legislativo, pois sem a lei não
139

COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE/PA

140	teremos recursos, lei orçamentária. E desta forma foi aprovado à retomada do GT da Política
141	Migratória com a seguinte formação: SEJUDH, GEMPAC, CARITAS, SEASTER, SÓ
142	DIREITOS, OAB, CNBB, DPE, SESPA e UEPA, deliberou-se que a primeira reunião será
143	no dia 13/03/2018, no horário das 9:00h, na SEJUDH, dando como encerrado o 1º ponto de
144	pauta e iniciando a 2º ponto da pauta, a proposta para Construção do Seminário de validação
145	do Plano Estadual para Erradicação ao Trabalho Escravo, ficando agendado para data do
146	evento no dia 19/04, o dia todo e o dia 20/04 pela parte da manhã, todos concordaram, e
147	ficando estabelecido um quantitativo de 200 pessoas para participarem, o local ficou para ser
148	definido junto a UEPA, ficou deliberado que a Secretaria iria repassar o local a todos. Sem
149	mais nada a informar, Eu, Leila Silva, secretária executiva da COETRAE/PA, lavrei a
150	presente ata.

Assinam esta ata os seguintes representantes presentes na reunião:

1. _____
SEJUDH – Michell Mendes Durans

2. _____
SEJUDH – Leila Silva

3. _____
SEJUDH – Sandra Palheta

4. _____
SEJUDH – Carlos Cardoso

5. _____
SEJUDH – Selli Rosa

6. _____
SEJUDH – Sheila Andrade

7. _____
SEJUDH – Camila Holanda

8. _____
GEMPAC – Amélia Garcia.

09. _____
SESMA – Maísa Gomes

10. _____
PRF - Taináh Sousa de Nascimento

11. _____
CARITAS – Joana Lima

12. _____
PC/PA – Aline Boaventura

COMISSÃO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE/PA

13. _____

ALEPA – Carlos Bordalo

14. _____

INCRA – Carolina Araújo

15. _____

CNBB – Maria Henriqueta Ferreira

16. _____

CNBB - Rodrigo Leite

17. _____

SEASTER – Breno Soeiro

18. _____

SEASTER - Almira Mendes

19. _____

MP – Maria Penha

20. _____

TRT8/AMATRA8 – Elinay Melo

21. _____

OAB – Samuel Medeiros

22. _____

UEPA – Sandra Zaire

23. _____

DPE – Juliana Oliveira

24. _____

DPCDH – Maj. Guerra